

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Fiscalização em voos privados



ASCOM PF/DIVULGAÇÃO/JC

O deputado federal gaúcho Bibó Nunes (PL) apresentou um projeto de lei para criar um regime específico de fiscalização aduaneira (foto) para aeronaves privadas em voos internacionais. A proposta prevê a exigência de declaração eletrônica prévia de passageiros e bens, alinhando o Brasil a normas internacionais para coibir a sonegação fiscal e o tráfico de ilícitos na aviação executiva. “Hoje, o passageiro de voo comercial que desembarca em Guarulhos ou Galeão tem sua bagagem escaneada. O viajante de jato particular que aporta em Jundiaí, Congonhas ou Campo de Marte simplesmente não é fiscalizado. Essa assimetria é insustentável do ponto de vista da justiça fiscal e da concorrência leal”, justifica o parlamentar.

Pensão para órfãos do feminicídio

A deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT) defende proposta de sua autoria que institui uma pensão especial para crianças e adolescentes cujas mães foram vítimas de feminicídio. A medida busca oferecer suporte financeiro para garantir a permanência dos órfãos com os seus familiares, evitando o encaminhamento a abrigos e minimizando os impactos socioeconômicos da perda. “Eu sempre fiquei me perguntando e ouvindo as avós que ficam com essas crianças, eu me dei conta que a orfandade significa uma grande responsabilidade para o Estado brasileiro.”

Apreensões da Operação Ágata no Sul

A Operação Ágata Arco Sul-Sudeste encerrou suas atividades com um balanço superior a R\$ 99 milhões em apreensões na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Coordenada pelo Ministério da Defesa por meio do Comando Conjunto Tamandará, a ação integrada com órgãos de segurança pública retirou de circulação 19,4 toneladas de entorpecentes, 12 mil canetas emagrecedoras contrabandeadas e armas de fogo, resultando na prisão ou apreensão de 40 pessoas. “As atividades incluem ações de vigilância, fiscalização e repressão a ilícitos transfronteiriços em áreas da faixa de fronteira e em pontos estratégicos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, destaca o Ministério da Defesa.

Procurador do RS media debate

O procurador da República Bruno Alexandre Gutschow, que atua no Rio Grande do Sul, será um dos mediadores da roda de conversa “Atuação Estrutural em Educação”, realizada pelo Ministério Público Federal nesta segunda-feira. O encontro virtual reunirá integrantes do MPF e dos Ministérios Públicos Estaduais para debater estratégias voltadas à efetivação do direito à educação.

Governo faz articulação para ajuste nas contas em 2027

Texto aprovado na Câmara agora segue para apreciação do Senado

/ CONGRESSO NACIONAL

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira mudanças nas regras fiscais que permitem ao governo Lula ampliar gastos fora dos limites estabelecidos neste ano eleitoral, mas prometem conter despesas em 2027.

Segundo auxiliares do presidente, as mudanças ocorreram para atender demandas de parlamentares para conceder benefícios tributários ainda em 2026, além de criar uma subvenção para o etanol. Como contrapartida, foi negociada a criação de mais dois gatilhos para o arcabouço fiscal, a serem acionados em caso de déficit nas contas do governo - como no caso de 2027.

As mudanças foram incorporadas ao projeto de lei complementar (PLP) que permite ao governo usar as receitas extras com a alta do petróleo para reduzir impostos sobre gasolina e etanol. O relatório da deputada federal Marussa Boldrin (Republicanos-GO) foi aprovado por 318 votos favoráveis e 113 contrários e, ao longo da tramitação

no Congresso, acabou por incluir uma série de assuntos alheios ao tema original do projeto, os chamados jabutis.

A pedido do governo, o projeto incorpora medidas de ajuste fiscal que miram o crescimento das despesas obrigatórias. A lógica é criar mecanismos para impedir que, em um cenário de déficit nas contas públicas, despesas vinculadas por lei continuem crescendo em ritmo

superior ao permitido pelo arcabouço fiscal, de no máximo 2,5% acima da inflação.

A medida, segundo integrantes da área econômica, pode conter em cerca de R\$ 10 bilhões o avanço das despesas obrigatórias em 2027 e antecipa parte da estratégia de ajuste para o ano que vem. O ajuste é necessário para viabilizar o arcabouço fiscal, regra aprovada no primeiro ano da atual gestão

THIAGO CRISTINO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



Proposta que altera regras fiscais foi aprovada pelos deputados

Alcolumbre quer apoio de Lula para recondução

Em um ambiente ainda marcado por tensão entre Poderes, o governo Lula lançou uma ofensiva para convencer o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), a levar à votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1. O resultado dessa articulação pode pavimentar o apoio do PT à reeleição do amapaense na presidência da casa.

Alcolumbre ainda não verbalizou o desejo a Lula, mesmo em conversa com o presidente nesta quarta-feira (12). Mas, segundo aliados, a reaproximação visa assegurar o

apoio do PT à sua manutenção no comando do Senado em 2027. O governo também não trata do tema abertamente, mas entende que a reeleição do amapaense é de seu interesse. Interlocutores de ambos dizem que uma nova reunião pode ocorrer esta semana.

A cúpula bolsonarista quer eleger Tereza Cristina (PP-MS) para a presidência do Senado. Nesse sentido, o fim da 6x1 é a pauta que pode fazer retomar a parceria de Lula e Alcolumbre, rompida em abril com a rejeição da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tri-

bunal Federal (STF).

Mesmo depois de dois encontros em um esforço de reconciliação, Lula e Alcolumbre não chegaram a um acordo sobre a proposta trabalhista no Senado. Segundo relatos, o presidente insiste para que Alcolumbre submeta o texto ao plenário antes das eleições. Mas o parlamentar resiste, argumentando que os pares não desejam votá-lo até lá.

Para pressionar Alcolumbre, aliados de Lula afirmam que ele pagará o preço político pelo travamento de pautas de interesse popular em pleno ano eleitoral.

Flávio Bolsonaro tem filiação ao PL retomada pelo TSE



O senador Flávio Bolsonaro (PL) foi filiado, sem seu aval, ao partido do MBL (Movimento Brasil Livre), o Missão, atrapalhando o registro formal de sua candidatura presidencial, que seria feita

por sua equipe nesta quinta-feira. Certidão histórica de filiação partidária emitida pela corte mostra que a filiação ao Missão foi registrada em 12 de agosto de 2026.

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Kassio Nunes Marques, atendeu ao pedido de advogados de Flávio e restabeleceu, em decisão na tarde desta quinta, a filiação

original do presidenciável ao PL, liberando o trâmite para o registro da candidatura junto à Justiça Eleitoral. Na decisão, o ministro pede que o tribunal preserve os dados de acesso ao sistema de filiação e encaminha o caso à Polícia Federal para que instaurar um inquérito para apurar quem foi responsável pela filiação fraudulenta.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323